



Fórum de
Pró-Reitores
de Extensão
das Instituições
Públicas de
Educação Superior
Brasileiras

*originais recebidos em 26 de fevereiro de 2016
aceito para publicação em 31 de julho de 2016*

Extensão universitária e atividade curricular em comunidade e em sociedade na Universidade Federal da Bahia

Renata Meira Vêras¹, Gezilda Borges de Souza²

Resumo: Esse artigo se propõe a apresentar e discutir o programa de extensão universitária denominado Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) desenvolvido na Universidade Federal da Bahia (UFBA). Para tanto, o presente artigo encontra-se dividido em três partes, a saber: introdução a definições conceituais acerca do termo extensão universitária; os percursos históricos da extensão universitária no Brasil e, por último, uma apresentação do que vem sendo desenvolvido de modo inovador na UFBA - as ACCS. A ACCS é um programa permanente de integração efetiva entre ensino/pesquisa e sociedade, integralizada como componente curricular, modalidade disciplina, dos cursos de graduação e pós-graduação. As propostas de ACCS vêm sendo ofertadas em número crescente, ampliando a quantidade de alunos envolvidos. Esta atividade representa uma estratégia que confirma o compromisso com os problemas sociais em nosso contexto sócio-histórico, fortalecendo o processo ensino-aprendizagem com intervenções e interações em diversos setores da sociedade.

Palavras-chave: Ensino Superior, Currículo Universitário, Extensão Universitária, Cidadania, Participação.

1 Universidade Federal da Bahia – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Rua Artur de Sá Menezes, 221 ap. 1201, Pituba. Salvador, BA. renata.veras@ufba.br

2 Universidade de Coimbra. gelborges@hotmail.com

University Extension and the Curricular Activity in Community and Society at Universidade Federal da Bahia

Abstract: This paper aims at presenting and discussing the university extension program ‘*Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade*’ (Curriculum in Action in Community and Society - ACCS) put into practice at the Universidade Federal da Bahia (UFBA). This article is divided into three parts: the first part will present the conceptual definitions of the term university extension; the second part will provide a historical overview of university extension programs in Brazil and, finally, the third part will present the innovative actions that have been developed at UFBA - the ACCS. The ACCS is an ongoing program of effective integration between education/research and society. The program is a curricular component part of the undergraduate and graduate programs. The disciplines that have been offered by the ACCS Program have presented increasing numbers of attendance and continue to expand the amount of students involved. This activity represents a strategy that confirms the commitment to the social problems in our socio-historical context, strengthening the teaching-learning process with interventions and interactions in various sectors of society.

Key-words: Higher Education, College Syllabus, University Extension, Citizenship, Participation.

Extensión Universitaria y Actividad Curricular en la Comunidad y Sociedad en la Universidad Federal de Bahia

Resumen: Este artículo tiene como objetivo presentar y discutir el programa de extensión universitaria llamado ‘*Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade*’ (Plan de estudios en Acción en la Comunidad y Sociedad - ACCS) desarrollado en la Universidade Federal da Bahia (UFBA), región nordeste de Brasil. Para ello, este artículo se divide en tres partes, a saber: presentación de las definiciones conceptuales de la extensión universitaria; el recorrido histórico de la extensión universitaria en Brasil y, por último, una presentación de lo que se ha desarrollado de manera innovadora en la UFBA - las ACCS. ACCS se trata de un programa permanente de integración efectiva entre enseñanza/investigación y la sociedad. Es una asignatura, en el formato de disciplina, aplicada en programas de grado y posgrado. Las propuestas de disciplinas en el programa ACCS se han ofrecido en número creciente, con la ampliación de la cantidad de estudiantes que participan. Esta actividad representa una estrategia que confirma el compromiso con los problemas sociales en nuestro contexto histórico-social, fortaleciendo el proceso de enseñanza-aprendizaje, con intervenciones e interacciones en diversos sectores de la sociedad.

Palabras-clave: Universidad, Plan de Estudios, Extensión Universitaria, Ciudadanía, Participación.

Introdução

A extensão universitária é definida no Plano Nacional de Extensão Universitária¹ como “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”. (FORPROEX, 2012, p. 16). Além disso, também se apresenta como uma das práticas acadêmicas com o maior potencial para interpretar as demandas apresentadas pela sociedade, já que permite socializar o conhecimento e promover o diálogo entre o saber científico e o saber popular.

Segundo Melo Neto (2002), a extensão universitária deve ser articuladora do ensino-pesquisa indicando que a extensão precisa ir além da relação universidade-trabalho, sendo considerada por Rocha (2008) um lugar privilegiado para o exercício da cidadania participativa,

consciente e comprometida com os problemas enfrentados na sociedade contemporânea.

A Universidade Federal da Bahia (UFBA) reconhece a importância das ações extensionistas para docentes, discentes, técnicos e sociedade, com vistas a potencializar e ampliar os patamares de qualidade das ações institucionais. Desde 1996, a UFBA vem desenvolvendo uma iniciativa inovadora que, atualmente, se denomina como Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS). Esse programa se apresentou, desde sua origem (com a denominação ‘UFBA em Campo’), com possibilidades de renovar o processo de ensino da UFBA, problematizando o mundo presente e dialogando com saberes existentes em diferentes espaços externos a este campo científico.

Assim, a ACCS é um componente curricular de natureza optativa, dos cursos de graduação e pós-graduação, com o propósito de facilitar a flexibilização curricular, por meio da interação entre o ensino e a pesquisa fora do

espaço acadêmico. As atividades devem focar a interdisciplinaridade e a interação entre a Universidade e a comunidade, proporcionando aos estudantes a prática dos conhecimentos adquiridos em sala de aula. O desenvolvimento dessas ações por estudantes, professores e outros sujeitos sociais, possibilita preencher lacunas pré-existentes entre universidade e sociedade, visando transformações dos problemas enfrentados pela sociedade contemporânea.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma reflexão acerca do papel da extensão na Universidade Federal da Bahia, no contexto das atividades em campo, representadas pela ACCS. Para tanto, utilizamos documentos oficiais do FORPROEX e da UFBA, além de levantamento bibliográfico de artigos e livros que tratam do tema.

Extensão Universitária: conceitos e trajetória histórica

Antes de se conceber qualquer definição, cabe ressaltar o caráter polissêmico que perdurava nas reflexões sobre o tema Extensão Universitária. De acordo com Sousa (2005, p. 1) “Em qualquer espaço que se reúnem atores da extensão, a concepção do objeto apresenta-se como um enigma. E qualquer tentativa em decifrá-lo tem produzido uma polissemia de termos que em nada contribui para elucidar”. A autora enfatiza que, muitas vezes, se confunde concepção com instituição de políticas internas, que também se confundem com normas e rotinas institucionais.

Por outro lado, observa-se que, nos anos 80, enquanto proliferaram-se atividades extensionistas nas universidades, nas mais distintas modalidades, concomitantemente imperavam seu caráter emancipador e assistencialista, para depois emergir seu cunho mercantilista. Nesse ínterim, as discussões passam a ter relevo sob a constituição do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas – FORPROEX, com a interlocução do Ministério da Educação (MEC), voltados para o reconhecimento do saber popular e a valorização da troca de saberes universidade-sociedade; a necessidade de financiamento estatal da ação extensionista, dentre outras discussões (IMPERATORE, PEDDE; IMPERATORE, 2015).

Imperatore, Pedde e Imperatore (2015, p. 8) somam às articulações do FORPROEX, a partir de 1998, a atuação do Fórum Nacional de Extensão e Ação Comunitária das Universidades e Instituições de Ensino Superior Comunitárias (FOREXT), “[...] com destaque para o alinhamento de referenciais para a Extensão Universitária e suas práticas entre as instituições de ensino superior de natureza comunitária- ICES (FOREXT, 2013).”

A extensão universitária no Brasil pode ser percebida a partir de três perspectivas: a assistencialista, a mercantilista e a social/acadêmica (vide Quadro 1). O assistencialismo foi uma das primeiras formas de

interação entre a universidade e a sociedade. Nesse modelo, não havia uma relação dialógica, pois servia para levar o conhecimento produzido dentro do espaço acadêmico para a população em geral. Entretanto, na sua concepção – social/acadêmica – há possibilidade de a universidade realizar o seu compromisso com a sociedade. Já a mercantilista é realizada através da prestação de serviços, como forma de captação de recursos externos, na sua maioria, proveniente do setor empresarial (JEZINE, 2004).

A concepção da extensão universitária influenciou na formulação do conceito de extensão universitária elaborado pelo Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras - FORPROEX. Ao se mencionar o termo universidade pública, inclui-se toda a diversidade de instituições públicas de educação superior (IPES), como universidades, centros de ensino e faculdades federais, estaduais e municipais, bem como os institutos federais de educação, ciência e tecnologia (FORPROEX, 2012).

Registram-se as primeiras atividades de extensão no Brasil nas Universidades Populares no Brasil, que ficaram conhecidas como Universidades Livres. As primeiras foram a Escola Livre Universitária de Manaus em 1909 – criada no ciclo da borracha –, a Universidade Livre de São Paulo em 1911 e a Universidade do Paraná em 1912. Contudo, foi na Universidade Livre de São Paulo – 1911/1917 – que se definiu a formulação das primeiras atividades extensionistas do país relacionadas ao ensino superior: os cursos de extensão. Esses cursos, apesar da variedade de temas, abertos a todos que quisessem participar, não despertavam o interesse da população, pois não havia interação entre os acadêmicos e a população. Os temas dos cursos, conhecidos como “lições públicas”, eram definidos apenas pelos intelectuais e, geralmente, estavam distantes dos problemas vivenciados pela população de um modo geral (NOGUEIRA, 2005, p. 16).

Quadro 1. Concepções de extensão universitária.

CONCEPÇÕES	FUNÇÕES	AÇÕES
Assistencialista	Universidade e Sociedade Transmissão de Conhecimentos Prestação de serviços	Eventos Cursos Projetos
Social/ Acadêmica	Universidade e Sociedade Missão Social Ensino Pesquisa Interdisciplinaridade	Programas Projetos
Mercantilista	Universidade e Sociedade Pesquisa Transmissão de conhecimentos	Eventos Cursos Projetos Prestação de serviços

Fonte: adaptado de Jezine (2004)

Destarte, a extensão chega à universidade brasileira (Universidade Livre de São Paulo -1911/1917) inspirada no modelo das Universidades Europeias do século XIX, através da assistência às populações carentes, por meio de cursos e de ações esporádicas e regionalizadas por segmentos, por parte de alguns intelectuais. Em 1926, o modelo estadunidense serve de inspiração para as atividades de extensão voltadas para a prestação de serviços na zona rural brasileira. Esse modelo começa a ser aplicado em 1929 na Escola Superior de Agricultura e Veterinária de Viçosa (atual Universidade Federal de Viçosa), levando assistência aos agricultores e recebeu apoio dos partidários da Escola Nova², entre eles Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. Naquele momento, a extensão era caracterizada pelo assistencialismo, o qual servia para justificar as deficiências da universidade e o seu distanciamento dos grupos sociais sem acesso ao meio acadêmico (GURGEL, 1986).

Em 1934, com a criação da Universidade de São Paulo (USP), a extensão universitária é oficializada através do Decreto N.º 6.283 de 25 de janeiro de 1934 (BRASIL, 1934). Nesse Decreto, fica definido papel da universidade em relação à extensão, através do Art. 2º: “realizar a obra social de vulgarização das ciências, das letras e das artes, por meio de cursos sintéticos, conferências palestras, difusão pelo rádio filmes científicos e congêneres” (BRASIL, 1934).

A partir de 1937, inspirados no Manifesto de Córdoba, os estudantes brasileiros criam a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o principal marco, naquele momento, foi o ressurgimento da Universidade Popular, após duas décadas do fechamento da Universidade Livre de São Paulo (GURGEL, 1986).

Por um longo período, os estudantes passaram por diversas contradições em suas atividades extensionistas. Nem sempre seus interesses eram delineados com clareza, pois havia momentos que apoiavam o Estado e, em outros, eram contrários à sua posição. No entanto, após o fim do Estado Novo (1945 – 1947), houve um avanço nas ações estudantis com o surgimento de inúmeras universidades populares. Então preocupados em promover o lazer, os estudantes estimularam a realização de cursos extensionistas, fóruns, debates, criação de agremiações esportivas, difusão de peças teatrais, criação de bibliotecas nos bairros entre outros espaços culturais. Todavia, já no final da década de 1940, a UNE passava por uma fase dominada pela direita, a qual era influenciada pelos Estados Unidos, infiltrando estudantes no Movimento Estudantil Brasileiro, caracterizando o que Sousa (2010) sinaliza como momento de apatia da UNE.

Em 1964, com o golpe militar, a UNE foi dissolvida e os estudantes universitários, que atuavam em parceria com os movimentos sociais, foram dispersos. O Estado ditatorial, através do Ministério do Interior (Minter), assumiu as ações extensionistas com a criação de projetos como o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (CRUTAC) e o Projeto

Rondon. Em nome do desenvolvimento e da segurança nacional, a extensão é levada às comunidades mais carentes por estudantes recrutados para fazer estágios obrigatórios durante as férias universitárias (SOUSA, 2010).

Na UFBA, a extensão iniciou-se em 1967, através de práticas assistencialistas, com a prestação de serviços culturais. Esse modelo continuou até 1971, quando foi criada a Coordenação Geral de Extensão, órgão responsável pela estruturação de projeto de extensão. Em 1979, a Coordenação Geral de Extensão transformou-se na Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), como é chamada até os dias atuais (UFBA, 1998).

Com o processo de redemocratização do país, a partir da década de 1980, e após amplos debates, os conceitos sobre a extensão universitária passaram por transformações relevantes devido às carências sentidas pela sociedade e no intuito de buscar possibilidades para resolver problemas sociais, através de uma universidade mais democrática.

No I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1987), a extensão se legitimou como o “[...] processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (RENEX, 1987, p. 11).

A legitimidade das atividades extensionistas e a criação do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em novembro de 1987, são momentos importantes, na medida em que possibilitaram à comunidade acadêmica as condições para uma nova conceitualização da Extensão Universitária.

Nos Encontros Nacionais XXVII (2009) e XXVIII (2010), respectivamente, o FORPROEX redefine que “A Extensão Universitária, sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade” (FORPROEX, 2012, p. 16).

Para a década de 2010/2020, após amplas discussões, durante três anos (2009, 2010, 2011), a Política Nacional de Extensão Universitária reafirma os objetivos pactuados ao longo da existência do FORPROEX. A Meta 23 – 2011/2020 – almeja garantir que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País sejam reservados para a atuação dos alunos em práticas extensionistas (FORPROEX, 2012).

Nesse sentido, imbuída de seu caráter social e educativo, a Universidade, como responsável pela produção, gestão e difusão de conhecimentos, faz do ensino e da pesquisa uma mola propulsora para o ‘fazer universitário’ e a extensão universitária figura como uma possível articuladora da relação universidade e comunidade (TOSCANO; SANTOS JÚNIOR, 2013).

A Extensão na Universidade Federal da Bahia

A Universidade Federal da Bahia (UFBA), desejando articular o ensino e a pesquisa com a extensão, criou em 1997 o Programa ‘UFBA em Campo’, tendo em vista novas maneiras de interação entre a universidade e a sociedade sob o entendimento de que ambas pudessem se comunicar, a fim de compartilhar seus conhecimentos. Desse modo, o Programa UFBA em Campo foi desenvolvido em três versões: UFBA em Campo I (1997/1998), UFBA em Campo II (1999) e UFBA em Campo III (2000) (TOSCANO, 2006; SILVA, 2007).

O Programa UFBA em Campo I, iniciado em 1997, desenvolveu três projetos: dois na capital e um no interior. Esses projetos (1997/1998) contabilizaram o total de 510 participantes (TOSCANO, 2006; SILVA, 2007).

O Programa UFBA em Campo II aconteceu 1999 com a participação de 131 estudantes, 36 professores, abrangendo 26 projetos em comunidades do interior e da capital baiana. Nessa versão, houve financiamento externo – parceria da UFBA com o Centro de Apoio Científico e Tecnológico/Secretaria Estadual de Planejamento de Ciência e Tecnologia (CADCT/SEPLANTEC) – e bolsas de extensão para alguns estudantes de graduação. Na versão do Programa UFBA em Campo III, desenvolvido em 2000, a diferença em relação ao II foram as bolsas destinadas aos estudantes, cujo financiamento foi feito pela própria UFBA. Participaram 441 estudantes em 45 projetos (SILVA, 2007; TOSCANO, 2006).

Após várias reflexões sobre as vivências do Programa UFBA em Campo, em 2000, foi criada, em caráter experimental, a Atividade Curricular em Comunidade (ACC), com novos formatos acadêmicos e com base nas estruturas de gestão do Programa UFBA em Campo. No primeiro semestre de 2001, foi aprovada a aplicação do projeto-piloto para entrada formal nos currículos, ou seja, institucionalizar a experiência como componente de formação do estudante, transformando a ACC em disciplina optativa. Em 2003/1³, a ACC deixou de ser uma atividade complementar e passou a constituir um programa permanente de integração efetiva entre ensino/pesquisa e sociedade (UFBA, 2004).

A ACC foi embasada legalmente na Constituição Federal, no Artigo 207 (BRASIL, 1988), que trata da autonomia didática e científica da universidade, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394/96, Artigo 43 (BRASIL, 1996), no Plano Nacional de Extensão Universitária e na Resolução 02/96 da Câmara de Extensão do Conselho de Coordenação da UFBA (TOSCANO; SANTOS JÚNIOR, 2013).

Durante o período de 1998-2003, quando foi criada a ACC, aconteceram vários esforços da equipe da PROEXT para que a extensão fosse institucionalizada, conhecida e amplamente divulgada no espaço interno da instituição: a criação de um sistema de bolsas para estudantes, a realização de Seminários Estudantis de

Extensão, o estímulo à criação de projetos de extensão multidisciplinar, o apoio à solicitação dos alunos para inserir as atividades de extensão em seus currículos, a participação na discussão dos projetos curriculares de graduação. Mediante estes esforços,

[...] a extensão conseguiu um espaço institucional claro, embora ainda não extensivo. Pode-se dizer que existe uma comunidade de extensionistas na UFBA, em processo crescente de expansão: professores e estudantes que apostam na validade da extensão e reconhecem a necessidade de institucionalização plena (UFBA, 2002, p. 14).

No período de 2001 até 2012, em média, 500 alunos por semestre matricularam-se em ACC. Portanto, aproximadamente, 12.000 estudantes participaram dessas atividades num período de 11 anos, sendo que neste período foram ofertadas 703 ACC em diversos cursos. Do total das ACC, 49% foram ofertadas por apenas cinco unidades⁴: Educação, Farmácia, Medicina Veterinária, Biologia e Medicina (VIANA, 2013) (vide Tabela 1).

A partir de março de 2013, com a perspectiva de aumentar o campo da extensão, a ACC se transforma em Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS). Através da Resolução Nº 01/2013, o Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão da Universidade Federal da Bahia (CONSEPE) regulamentou a Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS), integralizando-a como componente curricular dos cursos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal da Bahia (UFBA, 2013).

Tabela 1 – ACC ofertadas entre 2001-2012.1

Institutos/ Faculdades/ Escolas	%
Educação	16
Farmácia	11
Medicina Veterinária	08
Biologia	07
Medicina	07
Enfermagem	06
Saúde Coletiva	05
Geografia	05
Outros	35

Fonte: adaptado de Viana (2013)

Em concordância com o FORPROEX e conforme o disposto na Resolução Nº 1/2013 citada acima, o Programa Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade da Pró-Reitoria de Extensão da UFBA é um componente curricular, modalidade disciplina, dos cursos de graduação e de pós-graduação com creditação e com carga horária mínima de 17 horas que, através da multidisciplinaridade, da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, almeja intensificar o contato da universidade com a sociedade. Ainda de acordo com essa Resolução, esses componentes curriculares devem proporcionar uma relação multidirecional com grupos da

sociedade, desenvolver ações de extensão no âmbito da criação, tecnologia e inovação, promovendo o intercâmbio, a reelaboração e a produção de conhecimento sobre a realidade com perspectiva de transformação (UFBA, 2013).

A ACCS possui carga horária, creditação e propósito acadêmico como todas as disciplinas. Entretanto torna-se diferente das demais, pois os docentes e discentes têm liberdade na escolha da temática e na definição dos programas e projetos, pela possibilidade de experimentar metodologias diversas, além do caráter renovável a cada semestre, ou ainda optar pela continuidade por vários semestres. Ressalta-se que em uma ACCS os estudantes e professores podem vivenciar atividades em igrejas, creches, escolas, grupo de jovens, praças, unidades de saúde, centro social urbano, clubes, associações de bairros, dentre outros (UFBA, 2013).

A PROEXT lançou entre os anos 2010 e 2013 oito editais de ACC/ACCS (Tabela 2). Nesses editais, foram contempladas 285 propostas que atenderam a um universo de 4.172 estudantes (UFBA, 2014). O ano de 2013 teve como marco, para a integralização curricular, a continuidade da adesão do corpo docente e discente às ACCS. Nota-se que, a partir da aprovação da Resolução N° 01/2013, houve maior divulgação da ACCS na comunidade universitária, aumentando o número de ofertas. Em 2013, 88 ACCS foram ofertadas. Com os dados de 2010 a 2013, comprova-se um aumento satisfatório (107%) no número de estudantes matriculados em ACCS.

Para o 1º semestre de 2014, as ACCS passaram a integrar o *guia web* e os estudantes realizaram a pré-inscrição pelo sistema. A confirmação foi feita pelos colegiados dos cursos de origem da ACCS, desde que os alunos tivessem cumprido os pré-requisitos estabelecidos pelo professor-coordenador da ACCS no momento da seleção. Assim, foram matriculados, aproximadamente, 900 alunos e, até 2018, a UFBA tem como objetivo atingir a meta 23 do Plano Nacional de Educação (2011-2020), bem como as diretrizes e metas do PDI da UFBA (2011-2016), que convergem no intuito de: “assegurar que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no País seja reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas” (UFBA, 2014).

Considerações Finais

Ressalta-se ser imprescindível promover debates acerca das complexas e múltiplas missões da universidade, pois, conforme a história da extensão, compreende-se que para alguns autores ela é percebida com uma terceira função, formando o tradicional tripé da universidade: ensino-pesquisa-extensão, objetivando cumprir o papel social que o ensino e a pesquisa não fazem. Outros autores percebem a extensão como uma estratégia dinâmica que permeia o ensino e a pesquisa com o intuito de preencher lacunas deixadas pela universidade. Há, ainda, aqueles que vêem a extensão como uma função mercantilista, mediante a prestação de serviços pagos com a intenção de atender às demandas do mercado.

A polissemia conceitual e a multiplicidade de entendimentos de suas práticas – assistencialismo, prestação de serviços, transmissão de conhecimentos, missão social, ensino, pesquisa, interdisciplinaridade, interação entre a universidade e a sociedade – provocam divergências sobre o papel da extensão universitária e ratificam a necessidade de enfatizar as discussões sobre este tema.

A Atividade Curricular em Comunidade e em Sociedade desenvolvida pela UFBA tem a possibilidade de ser praticada como uma metodologia dinâmica, sinalizando para uma universidade comprometida com os problemas sociais do nosso contexto histórico. Neste sentido, pretende encontrar soluções mediante pesquisa e fortalecer o processo ensino-aprendizagem com intervenções e interações em diversos setores da sociedade.

Segundo Nogueira (2005), a abertura da universidade à sociedade, através da Extensão Universitária, possibilita a ampliação do seu campo de atuação, indo assim ao encontro de demandas contemporâneas das nossas sociedades, visando à busca de soluções para problemas concretos tais como: o desemprego, a exclusão e desigualdades sociais, a degradação ambiental, o êxodo rural, entre outras questões sociais.

Entende-se que essa vivência fora da sala de aula poderá ter uma contribuição significativa para a ampliação na autonomia e enriquecimento na formação acadêmica e cidadã, favorecendo a emancipação dos participantes.

Tabela 2 – Indicadores de desempenhos da ACC/ACCS nos anos de 2010-2013.

AÇÃO	INDICADORES	2010	2011	2012	2013
Lançamento de editais ACC/ACCS	Editais lançados	02	02	02	02
	ACCS ofertadas	51	58	88	88
	Estudantes matriculados	640	997	1.208	1.327

Fonte: (UFBA, 2014)

O desenvolvimento dessas ações por estudantes, professores e outros sujeitos sociais, possibilita preencher lacunas pré-existentes entre universidade e sociedade, tendo em vista a transformação dos problemas enfrentados pela sociedade contemporânea.

Por fim, esta investigação inspira a universidade proporcionar novos meios e processos de produção, inovação e divulgação de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e ao desenvolvimento social do país.

Notas

1. Elaborado no Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX).
2. Os escolanovistas, na década de 20, nortearam uma série de reformas de ensino primário e secundário, em vários estados brasileiros e ficaram conhecidos como os “pioneiros da educação”, por conta das suas ideias transformadoras na educação, as quais deveriam centrar basicamente no aluno e estes deveriam estar adaptados ao seu meio.
3. A proposta de continuidade em 2003, construída coletivamente pela comunidade ACC, foi aprovada pela Câmara de Extensão em 12.03.2003 e pela Câmara de Ensino de Graduação em 25.3.2003.
4. Unidades, nesse caso, se referem às Faculdades, Institutos e Escolas que compõem a Universidade Federal da Bahia.

Referências

- BRASIL. Decreto N.º 6.283, de 25 de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, n. 101, ano 44, 1934. Disponível em: < <http://www.leginf.usp.br/?historica=decreto-n-o-6-283-de-25-de-janeiro-de-1934> >. Acesso em: 18 jan. 2014.
- BRASIL. Lei N.º 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União** S. 1, n. 240, p. 27833, 1996.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm >. Acesso em: 20 mai. 2014.
- FOREXT. **Extensão nas Instituições Comunitárias de Ensino Superior**: referenciais para a construção de uma Política Nacional de Extensão nas ICES. Itajaí: UNIVALI, 2013. Disponível em < http://www1.pucminas.br/imagedb/documento/DOC_DSC_NO_ME_ARQUI20150309182334.pdf >. Acesso em: 12 mar. 2015.
- FORPROEX - **Política Nacional de Extensão Universitária**. Manaus: Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, 2012. Disponível em: < <https://www2.ufmg.br/proex/content/download/452/2780/file/PNEU.pdf> >. Acesso em: 08 jan. 2014.
- GURGEL, R. M. **Extensão universitária**: comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez/ Autores Associados; Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1986.
- IMPERATORE, S. L. B; PEDDE, V; IMPERATORE, J. L. R. Curricularizar a extensão ou extensionalizar o currículo? Aportes teóricos e práticas de integração curricular da extensão ante a estratégia 12.7 do PNE. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU, 15, 2015, Mar del Plata, Argentina. **Anais...** Mar del Plata: INPEAU/UFSC, 2015. Disponível em: < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/136064/101_00175.pdf?sequence=1&isAllowed=y >. Acesso em: 29 jul. 2016.
- JEZINE, E. As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, 2, 2004, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2004. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/congrext/Gestao/Gestao12.pdf> >. Acesso em: 18 jan.2014.
- MELO NETO, J. F. (org.). **Extensão universitária**: diálogos populares. João Pessoa: UFPB, 2002.
- NOGUEIRA, M. das D. P. **Políticas de extensão universitária brasileira**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
- RENEX – Rede Nacional de Extensão. **O plano nacional de extensão universitária**. Coleção Extensão Universitária FORPROEX, vol. I, Belo Horizonte: UFMG, 1999. Disponível em: < <https://www.ufmg.br/proex/rex/documentos/Colecao-Extensao-Universitaria/01-Plano-Nacional-Extensao/Plano-nacional-de-extensao-universitaria-editado.pdf> >. Acesso em: 19 dez. 2015.
- ROCHA, J. C. **A reinvenção solidária e participativa da universidade**: um estudo sobre redes de extensão universitária no Brasil. Salvador: EDUNEB, 2008.
- SILVA, A. A. S. **O Programa UFBA em Campo – ACC**: sua contribuição na formação do estudante. 2007. Dissertação de Mestrado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2007.
- SOUSA, A. L. L. **A história da extensão universitária**. Campinas: Alínea, 2010.
- TOSCANO, G. S. **Extensão Universitária e formação cidadã**: a UFRN e a UFBA em ação. Tese de Doutorado em Ciências Sociais, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2006.
- TOSCANO, G. S.; SANTOS JÚNIOR, A. L. A formação universitária e gestão acadêmica no ensino público: experiências de ações extensionistas na UFRN e na UFBA. **Revista Temas em Educação**, v. 22, n. 2, p. 171-190, 2013.
- UFBA. **UFBA em campo 1996-1998**: uma experiência de articulação ensino, pesquisa e sociedade. Salvador: UFBA, 1998.
- UFBA. **ProExt divulga o resultado final do Edital ACCS 2014.1**. Salvador: UFBA, 2014. Disponível em: < <http://www.proext.ufba.br/proext-divulga-o-resultado-final-do-edital-accs-20141> >. Acesso em: 23 jan. 2014.
- UFBA. **Resolução N.º 1 do Conselho Superior de Ensino e Extensão, de 2013**. Regulamenta o aproveitamento da Ação Curricular em Comunidade e em Sociedade (ACCS) para integralização curricular dos Cursos de Graduação e Pós-

Graduação da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2013. Disponível em: <https://www.ufba.br/sites/devportal.ufba.br/files/Resolu%C3%A7%C3%A3o%2001.2013_0.pdf>. Acesso em: 23 jan. 2014.

UFBA. **ACC - Atividade Curricular em Comunidade:** UFBA em Campo, 2004.1. Salvador: UFBA, 2004.

VIANA, B. F. Contribuição da UFBA na inserção da extensão nos currículos dos cursos de graduação. In: ENCONTRO DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS DO NORDESTE, 41, 2013, Campina Grande. **Anais...** Salvador: UFBA, 2013.

Como citar este artigo:

VÉRAS, R. M.; SOUZA, G. B. de. Extensão universitária e atividade curricular em comunidade e em sociedade na Universidade Federal da Bahia. **Revista Brasileira de Extensão Universitária**, v. 7, n. 2, p. 83-90, 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/index.php/RBEU/article/view/3092/pdf>>